



COLÉGIO LUIZA DE MARILLAC

EXTERNATO POPULAR SÃO VICENTE DE PAULO

Rua Voluntários da Pátria, 1.653 - Santana - São Paulo - CEP: 02011-300

Tel/fax: 2226-6161 - www.marillac.g12.br - marillac@marillac.g12.br

A Primeira República

Boris Fausto

A proclamação da República correspondeu ao encontro de duas forças diversas - Exército e fazendeiros de café - movidas por razões diferentes. O Exército tinha motivos de ordem corporativa e ideológica para se opor à monarquia. A Guerra do Paraguai favoreceu a identificação dos militares como grupo, e eles começaram a criticar a posição secundária que o Império conferia à instituição.

Pouco a pouco, foram afirmando o direito de expressar abertamente suas críticas e de se organizar politicamente. A chamada "questão militar" girou sobre estes temas. Ao mesmo tempo, um grupo minoritário mas extremamente ativo, liderado por Benjamin Constant, combinava tais críticas com uma perspectiva ideológica de maior alcance. Sob a influência do positivismo defendiam a implantação de um regime republicano e modernizador.

Como se sabe, os fazendeiros paulistas, através do Partido Republicano Paulista, moviam-se por razões claramente econômicas. A República, sob forma federativa, significava o fim de centralização imperial, a autonomia dos Estados e a possibilidade de impor ao país um sistema que favorecesse o núcleo agrário-exportador em expansão.

Contando com o apoio deste núcleo, o Exército desfechou o golpe de 15 de novembro e assumiu o controle do governo. Na luta que se seguiu, entre o grupo militar e a classe social, esta acabou por triunfar.

Várias razões explicam o êxito das oligarquias dos grandes Estados. As duas forças em atrito não se equivaliam ao nível dos projetos que visavam a dar ao país uma nova fisionomia. Os militares não viam com bons olhos a autonomia estadual, pretendiam melhor pagamento e a ampliação dos efetivos das Forças Armadas, adotavam uma vaga postura nacionalista e de estrato protetor da República que haviam implantado. Para São Paulo e Minas tratava-se de assegurar a supremacia política da área agrário-exportadora e de estabelecer os mecanismos tributários e financeiros capazes de garantir sua expansão.

Além disto, as Forças Armadas não atuavam como um grupo homogêneo diante de uma classe social cujos representantes políticos, afora raras exceções (Francisco Glicério, por exemplo, no governo Prudente de Moraes), se encontravam unidos. As rivalidades se recortavam entre Exército e Marinha - razão principal da Revolta da Armada - entre quadros jovens e velhos, entre partidários de Deodoro e Floriano. A disputa entre os seguidores dos dois chefes, cujos objetivos não eram essencialmente diversos, demonstra como a unidade do grupo se quebrava diante de lealdades pessoais.

A influência militar foi sem dúvida muito grande nos primeiros anos da República, a ponto de apenas metade dos Estados ser governada por civis. Entretanto, mesmo nesta época do apogeu, os militares partilharam o poder com o núcleo agrário-exportador, fizeram-lhe concessões essenciais e, para bem ou mal, acabaram por ceder-lhe as rédeas do governo. Enquanto as Forças Armadas careciam de uma base social estável, a oligarquia paulista representava uma classe em franca expansão econômica, fortalecida pelo "ba m" cafeeiro que perdurou do início da República até 1894.

A Constituição de 1891 representou uma vitória dos grandes Estados: a forma federativa deu-lhes ampla autonomia, com a possibilidade de contrair empréstimos externos, constituir forças militares próprias e uma justiça estadual. Os objetivos de São Paulo no sentido de garantir sua supremacia regional, sem esfacelar o Poder Central, foram assegurados na distribuição de rendas. A principal fonte de recursos da União seriam os impostos sobre a importação. o imposto do selo e

mais tarde o do consumo; os Estados ficaram com a competência para decretar impostos sobre a exportação, bens imóveis, transmissão de propriedade, indústrias e profissões. Alguns deles - principalmente Minas Gerais - lançaram mão dos tributos interestaduais, de duvidosa constitucionalidade.

Esta distribuição era desequilibrada não só para a União, mas sobretudo para os pequenos Estados. Tendo uma receita de exportação reduzida e sem condições, na prática, para lançar impostos sobre a grande propriedade agrária, tentaram inutilmente obter uma parcela do imposto de importação. Não obstante fossem largamente beneficiados pelos critérios adotados, nem por isso os grandes Estados estiveram livres de dificuldades financeiras. São Paulo, por exemplo, ao longo de todo o período, sempre esteve em situação deficitária. às voltas com os gastos para a proteção do café e o crescente serviço da dívida externa.

A representação na Câmara dos Deputados, proporcional ao número de habitantes dos Estados, foi outro princípio cuja aprovação garantiu a supremacia das duas unidades maiores. Também neste caso levantaram-se as vozes dos representantes dos pequenos Estados e do Rio Grande do Sul, pretendendo a representação igual por unidade da Federação, ponto de vista defendido aliás por Deodoro.

Para alcançar uma posição dominante, os paulistas souberam explorar as dificuldades de Floriano, sustentando-o com recursos financeiros e dando-lhe o apoio de sua forte milícia estadual, por ocasião da Revolução Federalista e da Revolta da Armada. A aceitação resignada da candidatura Prudente, que marcou o início da república civil oligárquica, consolidada por Campos Sales, se deu em um momento difícil, quando Floriano dependia do apoio regional. A concentração das atividades econômicas em áreas geográficas definidas propiciou a formação no país, de uma estrutura regional de classes. As oposições de área geográfica a área geográfica, no interior da classe dominante, ganharam maior importância do que as divisões setoriais (burguesia agrária, comercial, industrial). Este caráter de rivalidade regional marcou as eleições competitivas do período, em 1910, em 1922 e em 1930.

É bastante conhecida a capacidade de articulação da burguesia do café que não foi simplesmente beneficiária da ação do Estado, mas forjou as instituições estatais e transformou-as no instrumento de seus interesses. Esta capacidade integradora se deve em grande parte à relativa indiferenciação de funções no interior da classe e ao fato de que, em São Paulo, outros setores - especificamente os industriais se constituíram adaptados ao centro agrário-exportador.

Extraído de:

Pequenos Ensaio de História da República (1889 - 1945), Cadernos CEBRAP, n. 10, São Paulo, 1973, p. 2 - 5.